



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos continuados de refrigeração, com dedicação exclusiva de mão de obra, objetivando o apoio e o suporte técnico para a Seção de Administração de Móveis e Equipamentos – SEAME, para atender às demandas de serviços de climatização do TRE-SC.

2. Fundamentação da Contratação

A contratação em tela envolve serviços de natureza continuada, necessários ao apoio e ao suporte da Seção de Administração de Móveis e Equipamentos no atendimento das demandas do sistema de climatização do TRE-SC, através de atividades de acompanhamento em controles de equipamentos, especificações de equipamentos e de serviços, bem como na recuperação de bens e na reutilização de peças oriundas de aparelhos irrecuperáveis, que não estejam contemplados nos contratos de manutenção dos equipamentos de refrigeração, instalação/desinstalação de equipamentos de climatização.

A execução indireta dos aludidos serviços é conveniente por se tratar de atividade comum e não-finalística, bem como pela inexistência, no Quadro de Pessoal deste Órgão, de servidores cujas atribuições de seus cargos sejam as especificadas neste Termo de Referência.

A prestação dar-se-á sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, assegurando que os profissionais alocados pela Contratada sejam destinados exclusivamente à execução das atividades pactuadas. Esse modelo visa garantir a qualidade, a agilidade (pronto atendimento) e a eficácia dos serviços prestados, reduzindo riscos de interrupção que possam comprometer os resultados buscados com a presente contratação.

A interrupção dos serviços pode comprometer a continuidade das atividades, de modo que se considera oportuna e conveniente a vigência inicial da contratação por cinco anos.

A escolha desse modo de prestação de serviço, com pessoal residente, se deve à necessidade de um pronto atendimento de qualidade, que permita atingir os bons resultados pretendidos com a presente contratação.

3. Descrição da solução

Trata-se de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos continuados de refrigeração, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme descrição a seguir:

Classificação Brasileira de Ocupações – CBO: 7257-05 - Técnico em Refrigeração (instalação).

3.1. Demanda estimada de serviços (anual)

A contratação contempla o alcance de resultados concretos na prestação do serviço com uma produtividade capaz de satisfazer a demanda. Dentro disso, de modo a permitir que os licitantes possam formular precisamente suas propostas a tabela abaixo demonstra a produtividade exigida para atendimento da demanda:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

DESCRIÇÃO DA PRODUTIVIDADE ESTIMADA POR FUNCIONÁRIO / ANO

PROFISSIONAL DE REFRIGERAÇÃO	Qtde.	Funcionário	Ano
1 funcionário: 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	2	Funcionários	3.168 horas

3.2. Descrição das atividades a serem desenvolvidas

3.2.1. A execução dos serviços, considerando que se trata de atividade de suporte/apoio, deve ocorrer por meio das seguintes **atividades**:

- a) apoiar na especificação de aparelhos de ar condicionado a serem adquiridos;
- b) apoiar na especificação de materiais e acessórios de ventilação e refrigeração;
- c) apoiar na confecção e alteração dos planos de manutenção, operação e controle (PMOC) definidos para cada tipo de equipamento existente no TRE-SC;
- d) diagnosticar problemas de mau uso associados à climatização e orientar os usuários;
- e) acompanhar, juntamente com o fiscal técnico do contrato, a execução de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização, principalmente no período da manhã, exigindo a execução dos procedimentos descritos no PMOC para cada equipamento e dirimindo as dúvidas do fiscal do contrato;
- f) gerar relatórios apontando possíveis melhorias na execução das manutenções preventivas e corretivas, bem como na utilização adequada dos equipamentos de climatização;
- g) desinstalar e estocar peças que estiverem em bom estado, retiradas de aparelhos defeituosos cuja recuperação se mostrar inviável;
- h) limpar e embalar aparelhos, em boas condições, desinstalados de cartórios eleitorais ou setores do TRE-SC, que possam ser instalados em outras unidades, que não fazem parte do contrato de manutenção;
- i) realizar a instalação/desinstalação de equipamentos de propriedade do TRE-SC, quando determinado pela Gestão Contratual;
- j) executar a instalação/desinstalação de equipamento no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após a abertura do chamado da Seção de Administração de Móveis e Equipamentos;
- k) utilizar os sistemas disponibilizados pelo TRE-SC para realizar a abertura, o tratamento e o acompanhamento de chamados, quando determinado pela Gestão Contratual ou pela Fiscalização Técnica;
- l) realizar outras atividades correlatas.

3.2.2. Desinstalação e Instalação de equipamentos

Atualmente há contratos firmados com empresas para realização de instalações e desinstalações. Entretanto, ocasionalmente os técnicos em refrigeração deverão realizar a instalação/desinstalação de equipamentos de propriedade do TRE-SC, quando determinado pela Gestão ou Fiscalização Técnica do contrato. Não há limite de abertura de chamados para instalação/desinstalação.

Todas as despesas com mão de obra e com os materiais necessários para a instalação – onde incluem-se os suportes, linha frigorígenas, eletrodutos, cabos, nitrogênio, fluido refrigerante, isolantes térmicos, entre outros – correrão às expensas da Contratada, que receberá para tal atividade o valor descrito no subitem 9.2.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.3. Execução dos serviços

Os serviços serão prestados mediante pronto atendimento da demanda via requisições de serviços emitidas pelas diversas unidades, bem como por solicitação da Fiscalização Técnica do Contrato.

As ordens de serviços serão repassadas ao preposto da Contratada, o qual ficará encarregado de distribuir a tarefa e reportar ao Fiscal Técnico do Contrato acerca da execução das atividades.

O repasse das informações pelo preposto, sobre os serviços realizados, será registrado pela Contratada, informando sobre a conclusão dos serviços e descrição do problema.

Os serviços a serem prestados deverão respeitar os preceitos das normas e legislação vigentes, relativas ao assunto. Todo serviço rejeitado pela Fiscalização Técnica deve ser imediatamente refeito com a qualidade mínima exigida, assim como nas normas correlatas.

Para os casos de realização do serviço em altura os técnicos deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 35 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.

Os serviços serão sempre executados de modo a não interferir, interromper ou prejudicar o andamento normal das atividades da Justiça Eleitoral.

3.3.1. Procedimentos indispensáveis na instalação dos equipamentos

Antes de iniciar a instalação dos equipamentos, o técnico em refrigeração deverá apresentar ao Fiscal Técnico as seguintes **ferramentas**, indispensáveis à correta instalação dos equipamentos (a instalação não poderá ser iniciada antes da apresentação de todas as ferramentas listadas a seguir):

- Bomba de alto vácuo, capaz de atingir 200 microns de Hg;
- Cilindro de nitrogênio;
- Cortador de tubo;
- Dobrador de tubo (poderá ser utilizada a mola para dobramento);
- Kit flangeador;
- *Manifold*;
- Rebarbeador (pode ser integrado ao cortador de tubo);
- Regulador de pressão aferido, com 2 manômetros (um para medição da pressão do cilindro e o outro para medição da pressão de saída) e borboleta reguladora, com saída de pressão superior a 300 psi, para ser utilizado no teste de pressão;
- Termômetro aferido do tipo “Penta”; e
- Vacuômetro digital.

Os equipamentos deverão ser instalados respeitando os afastamentos mínimos de paredes e de lajes indicados pelo respectivo fabricante.

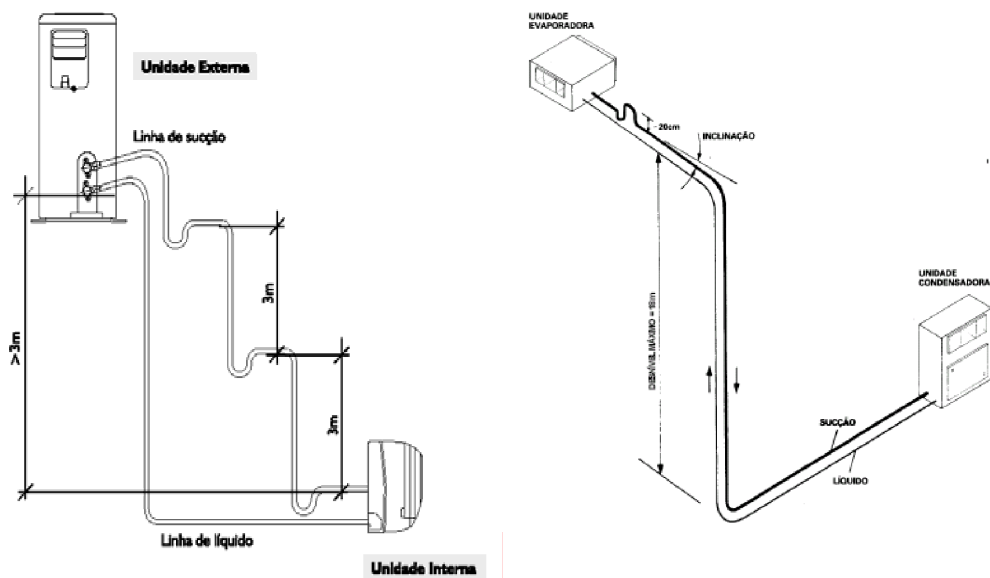
3.3.1.1. Procedimentos e cautelas:

- a) caso a condensadora seja instalada no piso, é imprescindível conferir o nivelamento do mesmo e efetuar as correções, sempre que necessárias. Deverão ser utilizados calços de borracha e o equipamento deverá ser fixado no piso com parafusos sobre os calços de borracha, salvo quando se tratar de superfície dotada de impermeabilização;
- b) antes de trabalhar com a tubulação de cobre e antes de colocar o isolamento térmico, deverão ser fechadas as duas extremidades da tubulação, impedindo a entrada de sujeira;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) em hipótese alguma poderá ser utilizada serra para corte do tubo de cobre. Tubulações que receberam algum corte de serra não poderão ser utilizadas, evitando-se assim o entupimento do capilar e danos ao compressor. O corte dos tubos deverá ser realizado sempre utilizando pequenos apertos no cortador de tubo, com posterior realização de uma volta completa a cada aperto. Após o corte, é necessária a escareação interna das bordas do tubo, para facilitar o flangeamento (sempre com os tubos virados para baixo, para evitar o ingresso de sujeira na tubulação);
- d) antes de iniciar o flangeamento, deverá ser aplicado um pouco de óleo no cone do flangeador, para facilitar o procedimento. Deverá ser utilizado o bloco flangeador;
- e) não serão admitidas emendas nas tubulações de cobre que possuem comprimento inferior a 10 (dez) metros;
- f) quando a evaporadora estiver abaixo da condensadora, com desnível maior que 3 (três) metros, é obrigatória a realização de sifão na linha de sucção, para garantir o retorno de óleo para o compressor. Em hipótese alguma poderá haver trechos com desnível maior do que 3 (três) metros sem a utilização de sifão;
- g) quando a evaporadora estiver acima da condensadora, é obrigatória a realização de sifão na saída da unidade evaporadora, na linha de sucção, sendo que o sifão deverá ter sua curva superior em um nível acima da unidade evaporadora;



- h) todas as dobras na tubulação de cobre deverão ser feitas com o auxílio de ferramenta adequada (mola de dobramento), para evitar estrangulamento dos tubos. Em hipótese alguma poderão ser feitas curvas nos tubos com as mãos;
- i) sobre o conjunto de tubos de cobre isolados e eletrodutos, deverá ser aplicada fita vinílica para produzir a chamada "barreira de vapor", de forma a evitar condensação e deterioração precoce do isolamento;
- j) utilizar para o dreno tubo de PVC de 25mm, dotado de isolamento térmico para evitar condensação. É imprescindível a realização de sifão no tubo de dreno, para evitar a entrada de insetos e gases no ambiente;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- k) após fixadas e conectadas as linhas de líquido e sucção, deverá ser realizado o teste de pressão com nitrogênio, utilizando-se regulador de pressão aferido. O teste deverá ser realizado utilizando-se 250 psi de pressão;
 - no momento do teste, registrar a pressão utilizada e tirar foto do instrumento, anexando ao Relatório Técnico. Deverá ser aplicada com pincel uma mistura de água com sabão/detergente líquido sobre todas as conexões e emendas, para constatar a inexistência de vazamentos. Detectores eletrônicos também poderão ser utilizados;
- l) após teste de pressão, efetuar a desidratação do sistema, utilizando-se bomba de alto vácuo. Conectar na bomba de vácuo o manifold e o vacuômetro digital. Testar a bomba e verificar se ela atinge menos que 200 microns de Hg (caso contrário, a bomba deverá ser substituída). Atestado o bom funcionamento da bomba, efetuar vácuo na linha. A pressão interna da linha deverá ficar abaixo de 400 microns de Hg. Caso a bomba não consiga abaixar a pressão da linha até 400 microns de Hg, a bomba de vácuo deverá ser substituída;
- m) atingido o vácuo mínimo de 400 microns de Hg (recomenda-se 300 microns de Hg), a bomba de vácuo poderá ser desconectada e o gás refrigerante poderá ser liberado na linha (a liberação do fluido deve ser feita abrindo primeiramente a linha de líquido);
- n) em havendo necessidade, colocar gás refrigerante adicional. É indispensável purgar a mangueira do *manifold* antes de inserir o gás no equipamento;
- o) após o término da instalação do equipamento, efetuar o teste de superaquecimento. Instalar o sensor de temperatura "Penta" na linha de sucção e ligar o equipamento. Após 20 minutos de funcionamento, efetuar o cálculo do superaquecimento, de acordo com as tabelas fornecidas pelo fabricante (1. verificar a pressão de baixa do sistema e utilizar a tabela "pressão de saturação" x "temperatura" para obter a temperatura de saturação do fluido no evaporador. 2. calcular o superaquecimento, que é a subtração da temperatura lida pela temperatura tabelada – o superaquecimento deverá ficar, em regra, entre 5 e 7 graus, ou conforme orientação do fabricante; 3. em caso de superaquecimento acima do valor recomendado, deverá ser adicionado gás refrigerante e efetuado novo teste);
- p) por fim, avaliar o equipamento através da diferença de temperatura entre o ar de insuflamento e de retorno, na evaporadora do equipamento. Em regra, a diferença deve situar-se entre 14°C e 20°C e nunca deve ser inferior a 8°C;
- q) sempre que houver necessidade de furar materiais sujeitos à incidência de chuvas (por exemplo, paredes externas), realizar a furação no sentido descendente ou garantir que não haja ingresso de água de chuva para o ambiente.

3.4. Materiais e equipamentos

Os materiais e peças de reposição serão fornecidos pelo TRE-SC, conforme condições e especificações próprias, **exceto** os relativos à desinstalação e instalação previstos no subitem 3.2.2." Desinstalação e Instalação de Equipamentos".

Os equipamentos e ferramentas necessários aos serviços são de responsabilidade única e exclusiva da Contratada, sem ônus para o TRE-SC.

Os materiais disponibilizados pelo TRE-SC para a execução dos serviços deverão ser empregados obedecendo-se às especificações do fabricante, ou na falta destas, dentro da técnica adequada para o seu melhor aproveitamento, sob pena de ressarcimento ou reposição, quando danificados por imperícia do profissional prestador do serviço.

3.5. Uniforme

A Contratada deverá fornecer uniforme para os funcionários colocados à disposição do TRE-SC,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

contendo os seguintes itens obrigatórios:

- a) 3 (três) camisas pólo com a identificação da Contratada;
- b) 3 (três) calças jeans azuis;
- c) 2 (duas) botinas com cadarço, reforço frontal anatômico em PVC, confeccionada em couro vaqueta natural hidrofugada, acabamento camurça (nobuck), na cor preta, com forro frontal e lateral em couro semi acabado, palmilha de construção em couro natural fixada por processo strobrel, solado bi densidade com duas camadas, formato antiderrapante com amortecedor contra impactos; e
- d) 2 (duas) jaquetas de moletom da mesma cor, com a identificação da Contratada.

Os uniformes deverão ser entregues **completos (conforme itens acima)** para cada técnico durante toda a vigência contratual, observado o seguinte:

- a) o fornecimento inicial deverá ocorrer até o primeiro dia do início da prestação dos serviços contratados;
- b) os demais, a cada 6 (seis) meses, a contar da data do fornecimento imediatamente anterior.

Os uniformes deverão ser apresentados à Fiscalização Técnica a cada fornecimento, antes da entrega aos profissionais.

3.6. Local de prestação/execução dos serviços

Os serviços serão executados, majoritariamente, no edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 80, 1º andar, Centro, Florianópolis/SC, estendendo-se para os edifícios Anexos I, II e III do TRE-SC (proximidade com a Sede).

Os serviços também poderão ser executados no Depósito Central do TRE-SC (Palhoça), nos Cartórios Eleitorais do Estado de Santa Catarina, e, eventualmente, nos demais imóveis que estiverem sendo utilizados pelo TRE-SC nos limites do Estado, observado, quando houver necessidade de deslocamento, o disposto no subitem 3.6.

3.7. Deslocamentos

Para a hipótese de necessidade de deslocamento (viagem a serviço) dos profissionais, autorizado pela Gestão do contrato, a Contratada responsabilizar-se-á pelas despesas com hospedagem e alimentação no local, bem como por todos os encargos trabalhistas decorrentes do respectivo traslado, inclusive eventuais horas extras, conforme subitem 9.2, alíneas “d” a “g”.

O deslocamento será realizado no horário e no período definidos pela Gestão Contratual ou Fiscalização Técnica, e não necessariamente estarão abrangidos pela jornada de trabalho regular de 30 (trinta) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira.

O deslocamento será realizado com veículos próprios do TRE-SC.

Não será considerado deslocamento quando houver movimentação entre os municípios de Florianópolis, Palhoça, Biguaçu, São José e Santo Amaro da Imperatriz, constituindo-se o primeiro, a base territorial.

3.8. Serviços Adicionais

Com vistas à redução do custo com mão de obra ociosa e a suprir complementarmente a demanda estimada, com o atendimento às demandas sazonais características da prestação do serviço eleitoral, poderão haver solicitações de execução de serviços adicionais, já contemplados na estimativa acima, na forma de pacotes, conforme tabela a seguir, os quais poderão ser realizados em dias úteis dentro e/ou fora do horário de expediente normal de trabalho dos profissionais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, e, ainda, em horários noturnos.

Esses serviços serão requisitados à Contratada pela Gestão ou Fiscalização Técnica do contrato observando-se o seguinte:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PACOTES ADICIONAIS DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE REFRIGERAÇÃO			
ESTIMATIVA ANUAL			
PACOTE 1	Serviços de climatização prestados em situações excepcionais (mudanças, eleições, etc.) por 1 (um) profissional técnico em refrigeração durante 1 (uma) hora.	(hora)	72 horas
PACOTE 2	Serviços de climatização prestados em situações excepcionais (mudanças, eleições, etc.) por 1 (um) profissional Técnico em Refrigeração durante 1 (um) mês.	(mês)	1 mês

A Contratada deve atender aos pacotes adicionais, no prazo máximo de 1 (uma) hora nas situações emergenciais, e de 24 (vinte e quatro) horas nos demais casos, a contar da solicitação.

A Contratada não poderá alegar indisponibilidade de profissionais para atendimento dos pacotes adicionais solicitados, devendo possuir quadro técnico suficiente para atender eventual demanda de profissionais na área técnica de que trata esta contratação.

3.9. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar foi inserido no PAE n. 3.477/2026.

3.10. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a essa contratação.

3.11. Códigos SIASG

25.631 – Auxiliar de Serviços Técnicos.

4. Requisitos da contratação

Diante da necessidade exposta, é preciso a contratação dos serviços técnicos na área de refrigeração para apoio/suporte à Seção de Administração de Móveis e Equipamentos para atender as demandas deste Tribunal.

Para tanto, a Contratada deverá alocar a mão de obra qualificada e necessária para a execução das atividades de forma eficaz e rápida, de acordo com os requisitos fixados neste Termo de Referência e no decorrente instrumento contratual.

Os resultados pretendidos serão demonstrados pela execução tempestiva (pronto atendimento) e pela qualidade dos serviços prestados e a decorrente entrega satisfatória / resolutiva, e pelos parâmetros estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado – MR (Anexo I).

Ainda a respeito, destaca-se que os resultados pretendidos serão observados por meio do controle de execução de requisições de serviços, via sistema próprio, exigindo-se sempre o emprego da melhor técnica de execução, com observação das normas técnicas de execução e segurança aplicáveis, buscando racionalização e economia no emprego dos recursos disponíveis, podendo ser observados aspectos como:

- resultados alcançados em relação à Contratada, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;
- recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- d) adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) satisfação do público usuário.

4.1. Perfil profissional solicitado

- Formação técnica de nível médio na área de refrigeração, com experiência comprovada, que abranjam as atividades definidas neste Termo de Referência;
- certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, aplicáveis à presente contratação;
- certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 35 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade, *para os casos de realização do serviço em altura*;
- registro ou inscrição no Conselho Regional dos Técnicos Industriais, dentro de seu prazo de validade;
- disponibilidade para viajar pelo Estado de Santa Catarina, de acordo com os deslocamentos previstos no subitem 3.7.

4.2. Jornada de trabalho

Os técnicos deverão cumprir jornada de trabalho diária de 6 (seis) horas, de segunda a sexta-feira, em período compreendido entre 8h e 20h, conforme demanda do Contratante.

A Fiscalização Técnica do contrato irá definir, oportunamente, o horário de realização dos trabalhos.

Em caso de necessidade imperiosa e/ou de realização de serviços inadiáveis, de forma excepcional e ocasional, haverá jornada extraordinária em períodos noturnos ou em sábados, domingos e feriados, mediante prévia solicitação à Contratada (serviços adicionais).

4.3. Preposto

Em cumprimento ao art. 118 da Lei n. 14.133/2021, a Contratada deverá ter um representante formal para responder pela execução do contrato, com vistas à interlocução direta com a Equipe Gestora da contratação, ao acompanhamento geral da execução dos serviços e à articulação da equipe de funcionários colocados à disposição do TRE-SC, bem como à resolução imediata de questões contratuais e operacionais.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

5.1.1. A Contratada deverá fornecer os uniformes completos aos técnicos até o primeiro dia do início da prestação dos serviços contratados, conforme subitem 3.5.

5.1.2. A reunião inicial de alinhamento com a Contratada será realizada até 3 (três) dias úteis antes do início da prestação dos serviços ou conforme agendamento realizado pelo Gestor do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.1.3. A indicação do preposto e do substituto eventual deverá ocorrer, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC.

5.1.4. No que se refere à execução dos serviços:

- a instalação/desinstalação de equipamento deverá ser executada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após a abertura do chamado da Seção de Administração de Móveis e Equipamentos;
- os profissionais deverão acessar diariamente o sistema de chamados do Tribunal com a finalidade de dar o devido andamento e solução das demandas;
- a abertura de chamados para a empresa terceirizada que presta serviços de manutenção preventiva e corretiva Contratada pelo Tribunal deverá ser realizada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da abertura do chamado pela unidade demandante;
- o encaminhamento de relatório dos chamados abertos, fechados e pendentes, com especificações das pendências deverá ser semanal;
- atender aos pacotes adicionais, no prazo máximo de 1 (uma) hora nas situações emergenciais e 24 (vinte e quatro) horas nos demais casos, a contar da solicitação da Fiscalização Técnica.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os serviços serão executados, majoritariamente, no edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 80, 1º andar, Centro, Florianópolis/SC, estendendo-se para os edifícios Anexos I, II e III do TRE-SC (proximidade com a Sede).

Os serviços também poderão ser executados no Depósito Central do TRE-SC (Palhoça), nos Cartórios Eleitorais do Estado de Santa Catarina, e, eventualmente, nos demais imóveis que estiverem sendo utilizados pelo TRE-SC nos limites do Estado, observado, quando houver necessidade de deslocamento, o disposto no subitem 3.6.

Para os períodos de diminuição excepcional ou temporária de trabalho, inclusive em razão do recesso forense (20 de dezembro a 6 de janeiro), o Gestor do contrato avaliará a conveniência e a oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores e a decorrente compensação da jornada de trabalho, hipótese em que se procederá na forma definida na Instrução Normativa Seges/MGI n. 81, de 12 de setembro de 2024.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

5.3.1. O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

5.3.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, observado o disposto no subitem 7.1.1.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a esta contratação.

5.6. Vigência da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Considerando a natureza contínua do objeto ora demandado, propõe-se que o contrato a ser celebrado tenha **vigência inicial de 5 (cinco) anos**, a partir da data da assinatura, conforme autorizado pelo art. 106 da Lei n. 14.133/2021, prorrogável até o limite decenal, nos termos do art. 107 da referida Lei.

A adoção de vigência plurianual traz benefícios relevantes para a Administração, destacando-se:

- a) **Racionalização administrativa:** reduz a necessidade de formalização de aditivos contratuais de prorrogação em curtos intervalos, gerando economia de tempo e de recursos das áreas técnicas, jurídicas e de gestão de contratos;
- b) **Estabilidade na execução contratual:** evita a fragmentação da prestação dos serviços e contribui para a manutenção de rotinas operacionais já consolidadas, prevenindo descontinuidades decorrentes de processos licitatórios frequentes ou alterações contratuais recorrentes;
- c) **Eficiência no planejamento orçamentário e operacional:** facilita a previsão e o gerenciamento das despesas ao longo do ciclo de contratação e permite à Administração estruturar suas atividades com maior segurança e previsibilidade;
- d) **Potencial para obtenção de propostas economicamente mais vantajosas:** a vigência mais extensa tende a estimular ofertas comerciais mais competitivas, permitindo ao futuro contratado diluir custos de mobilização e estruturação do serviço ao longo do prazo contratual;
- e) **Redução de impactos decorrentes de transições contratuais frequentes**, como novas fases de implantação, adaptação de equipes, treinamentos e ajustes operacionais; e
- f) **Alinhamento com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento**, consagrados na Lei n. 14.133/2021, promovendo uma atuação administrativa mais racional e sustentável.

Diante de tais elementos, entende-se que a adoção de vigência plurianual no presente caso atende ao interesse público e contribui para a adequada execução do objeto contratual, com ganhos de eficiência e economicidade para a Administração.

5.7. Obrigações do Contratante

5.7.1. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços contratados, na reunião inicial de alinhamento e durante toda a vigência contratual, bem como os que venham a ser solicitados pela Contratada, visando a obter os melhores resultados na prestação dos serviços;

5.7.2. autorizar o início dos serviços;

5.7.3. disponibilizar os materiais necessários à execução dos serviços, ressalvados aqueles de responsabilidade da Contratada;

5.7.4. promover, por meio da Equipe Gestora da Contratação designada, o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados e/ou falhas verificadas na fiscalização do cumprimento dos serviços prestados;

5.7.5. cientificar a Contratada sobre o resultado da prestação mensal dos serviços, de acordo com a Relação de Falhas do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação, para o decorrente faturamento de acordo com o valor apurado, conforme disposto no item 7;

5.7.6. efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços no prazo previsto no subitem 5.4, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, observado o disposto no art. 143 da Lei n. 14.133/2021, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e/ou quantidade;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.7.7. sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;

5.7.8. responsabilizar-se, em caso de necessidade de deslocamento dos profissionais, para atendimento aos imóveis deste Tribunal, pelo transporte do edifício-Sede do TRE-SC até o local de execução dos serviços, incluindo o deslocamento para restaurantes e hotéis próximos, no caso de pernoite;

5.7.9. exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.2. iniciar a prestação dos serviços na data estabelecida pelo gestor da contratação, a qual será comunicada à empresa com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

5.8.2.1. entregar em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, ao gestor, as vias das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) que indicam a realização dos serviços descritos neste Termo de Referência, com a indicação do responsável técnico, devidamente quitadas junto ao CREA-SC ou caso seja uma empresa vinculada ao Conselho de Técnicos Industriais, com as respectivas vias dos TRTs (Termos de Responsabilidade Técnica) quitadas;

5.8.2.2. caso a licitante vencedora seja registrada no CREA, deverá apresentar registro do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 1.121, de 13.12.2019, do CONFEA, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem.

5.8.3. fornecer previamente currículo simplificado do profissional a ser disponibilizado, bem como outros documentos necessários, de modo a comprovar a formação e a experiência necessária. O TRE-SC poderá recusar o empregado que não preencher as condições necessárias para o bom desempenho dos serviços;

5.8.3.1.. todo novo profissional disponibilizado pela Contratada deve ter o currículo submetido à Seção de Administração de Móveis e Equipamentos antes de iniciar qualquer serviço, a fim de que sejam comprovadas a formação técnica e a experiência;

5.8.4. substituir, no prazo de 5 (cinco) dias após a comunicação por parte do TRE-SC à Contratada, o profissional que for considerado ineficiente ou incompatível com o trabalho solicitado ou cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;

5.8.4.1. posteriormente à esta comunicação, a presença do referido profissional não será admitida no local de trabalho;

5.8.5. fornecer os uniformes para os técnicos colocados à disposição do TRE-SC, nos termos previstos neste Termo de Referência;

5.8.6. garantir a prestação dos serviços no horário fixado pela gestão do contrato para suprir a demanda aproximada;

5.8.7. responsabilizar-se pela guarda das ferramentas e dos demais bens que sejam utilizados na execução dos serviços;

5.8.8. responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência-trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário):



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.8.1. nos deslocamentos realizados para a execução de serviços fora do ambiente habitual de trabalho, a responsabilidade pelo transporte é do TRE-SC;

5.8.8.2. responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado, bem como pelas despesas com hospedagem e alimentação do(s) profissional(ais) e eventuais horas extras durante o deslocamento fora do horário de expediente, de modo a não onerar o empregado, em caso de necessidade de deslocamento;

5.8.9. manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

5.8.9.1. suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência;

5.8.9.2. haverá margem de tolerância para a falta de 1 (um) profissional por dia, desde que em caráter excepcional e que o número de dias com falta no mês não exceda a 2 (dois) dias, e que sejam mantidas as produtividades definidas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) - Anexo I;

5.8.10. manter preposto no local do serviço, para representá-la na execução do contrato, conforme previsto no art. 118 da Lei n. 14.133/2021:

5.8.10.1. a indicação do preposto e do substituto eventual deverá ocorrer, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do contrato pelo representante do TRE-SC;

5.8.11. apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente identificados através de crachás, com fotografia recente;

5.8.12. cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho;

5.8.12.1. quanto às normas de segurança vigentes, observar as regras oriundas da Portaria n. 3.214/1978 do então Ministério do Trabalho, zelar pela segurança de seus funcionários, fiscalizar e orientá-los quanto à utilização de equipamento de proteção individual (EPI) sempre que necessário;

5.8.12.2. comprovar, sempre que solicitado pelo TRE-SC, a quitação das obrigações trabalhistas;

5.8.13. para os casos de realização do serviço em altura, deverá possuir técnicos com certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 35 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade;

5.8.13.1. dispor de todo o material necessário para a realização do trabalho em altura, quando necessário, como cadeirinha, andaime, escadas, cordas, cintos de segurança, linha de vida, etc.;

5.8.14. selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que prestarão os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

5.8.15. realizar integralmente os serviços descritos neste Termo de Referência:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.15.1. executar os serviços adicionais solicitados pelo Contratante, de acordo com o disposto neste Termo de Referência;

5.8.16. promover treinamento e reciclagem dos profissionais que prestam serviço ao TRE-SC, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que a Gestão do contrato entender conveniente à adequada execução dos serviços contratados:

5.8.16.1. os treinamentos e as reciclagens deverão ser custeados pela Contratada e deverão compreender os conhecimentos e habilidades básicos para a execução dos serviços contratados;

5.8.16.2. os treinamentos e as reciclagens deverão ser realizados pelo menos uma vez por ano, sem prejuízo da continuidade da prestação do serviço;

5.8.17. realizar o planejamento das férias dos empregados alocados nesta contratação, desde o início da vigência do contrato, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n. 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela Equipe Gestora, observadas as disposições da Instrução Normativa Seges/MGI n. 213, de 29 de maio de 2025;

5.8.18. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados em serviço, acidentados ou com mal súbito;

5.8.19. manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE-SC ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto desta contratação, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

5.8.20. respeitar as normas e os procedimentos de controle e acesso às dependências de qualquer edificação do TRE-SC ou a sua disposição;

5.8.21. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de trabalho;

5.8.22. apresentar fatura separada quanto à prestação dos serviços mensais e para a execução dos serviços adicionais e deslocamentos;

5.8.22.1. encaminhar, juntamente com a nota fiscal, relatório detalhado contendo, no mínimo, patrimônio do equipamento, tipo de equipamento, capacidade, tipo de gás e quantidade de carga de gás em kg utilizada nas manutenções e instalações realizadas (não inclui pré-cargas feitas pelo fabricante), considerando a necessidade do TRE-SC de elaborar Inventário de Gases do Efeito Estufa, em cumprimento à Resolução CNJ n. 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça;

5.8.23. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame;

5.8.24. manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão, comprovando mensalmente a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, devendo comunicar ao TRE-SC a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

5.9. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a essa contratação.

5.10. Direitos Autorais

Não se aplica a essa contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.11.1. Os profissionais colocados à disposição do TRE-SC deverão possuir:

5.11.1.1. Formação técnica de nível médio na área de refrigeração, com experiência comprovada, que abranjam das atividades definidas neste documento;

5.11.1.2. certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, aplicáveis a presente contratação;

5.11.1.3. Registro ou inscrição no Conselho Regional dos Técnicos Industriais, dentro de seu prazo de validade;

5.11.1.4. certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora n. 35 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade, *para os casos de realização do serviço em altura*;

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;

g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

As atividades de gestão e fiscalização serão exercidas pela Equipe Gestora a seguir indicada:

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Coordenadoria de Infraestrutura
Fiscal Técnico	Seção de Administração de Equipamentos e Móveis
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n. 14.133/2021.

6.4. Acompanhamento do Contrato

6.4.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o regular cumprimento do ajuste, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, e serão exercidos pelo Gestor do contrato, com o apoio das fiscalizações técnica e administrativa.

6.4.2. As eventuais ocorrências que comprometam os resultados da prestação mensal dos serviços serão objeto de anotação na Relação de Falhas do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, e o documento será apresentado à Contratada, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação, para ciência, providências e decorrente faturamento de acordo com o fator percentual de remuneração dos serviços resultante do IMR.

6.4.3. O gestor manterá controle gerencial acerca das quantidades de postos de trabalho e de prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

7.1. Para apuração do valor a ser pago, será utilizado o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, conforme modelo do Anexo I.

7.1.1. Em caso de não comparecimento de profissional(is), sem a necessária reposição e independentemente do limite de tolerância fixado no IMR, a Contratada deverá descontar o valor proporcional na fatura respectiva, além da anotação no IMR, quando configurar falha excedente à tolerância estabelecida, e incidência do fator percentual de remuneração dos serviços, resultante do IMR, sobre o faturamento, sem prejuízo da apuração da responsabilidade, nos termos do item 13.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

8. Reajuste ou repactuação

8.1. O valor contratado poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

8.1.1. São fatos geradores que podem ensejar a repactuação:

a) variação dos custos com a execução do objeto, decorrente do mercado, assim entendidos como aqueles especificados no Módulo 5 da Planilha de Custos e Formação de Preços e os relativos aos pacotes adicionais e taxas de deslocamento; e

b) acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

8.2. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere o subitem 8.1 conta-se a partir:

a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação ao fato gerador de que trata o subitem 8.1.1, alínea “a”; ou

b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (subitem 8.1.1, alínea “b”) vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

8.2.1. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que motivou a última repactuação.

8.3. O requerimento referente à repactuação deverá ser protocolado no TRE-SC pela Contratada – com os documentos comprobatórios – a partir da ocorrência do fato gerador e anteriormente à data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão de seu direito a repactuar.

8.3.1. A Contratada deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos relativos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

8.3.2. Serão preservados os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a Contratada estiver vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

8.3.2.1. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a Contratada estiver vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma.

8.3.2.2. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a Contratada estiver vinculada.

8.3.2.3. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a Contratada estiver vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens 8.3.2.1 e 8.3.2.2.

8.3.3. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

8.3.4. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação a que se refere o subitem 8.3.

8.4. Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da planilha de custo do percentual de majoração de salário acordado em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, devendo o licitante vencedor, no momento do pedido de repactuação, comprovar a variação de cada item, por meio de planilha, aberta, atualizada de seus custos.

8.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos:

a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; ou

b) em data futura à do fato gerador, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.

8.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.6. O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Não há possibilidade do parcelamento do objeto, uma vez que se trata de objeto único. A adjudicação será global dos itens a serem contratados, tendo em vista a inter-relação dos serviços que serão executados simultaneamente pelos profissionais, bem como para permitir uma melhor gestão da contratação por parte da Administração.

9.2. Seleção do fornecedor

a) Com a finalidade de aferição do menor preço, utilizar-se-á a seguinte fórmula, conforme demonstrado abaixo:

$$P_{TOTAL} = (PM \times 2) + (P1_e \times 6) + (P2_e \times 0,083) + (0,46)Dhp + (1,63)Dhg + (0,11)Dpt + (0,46)lhp + (1,63)lhg + (0,11)lpt$$

Legenda:

P_{TOTAL} = preço final mensal (valor estimado)

PM = preço mensal unitário do Técnico em Refrigeração;

$P1_e$ = preço Pacote Adicional 1 para o Técnico em Refrigeração;

$P2_e$ = preço Pacote Adicional 2 para o Técnico em Refrigeração (mensal);

Dhp = Desinstalação Hiwall e parede Pequeno (até 13.000 Btu/h) - preço unitário;

Dhg = Desinstalação Hiwall e parede Grande (acima 13.000 Btu/h) - preço unitário;

Dpt = Desinstalação Piso-Teto ou Cassete - preço unitário;

lhp = Instalação Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h) - preço unitário;

lhg = Instalação Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h) - preço unitário;

lpt = Instalação Piso-Teto ou Cassete - preço unitário.

b) Os pesos foram definidos pela média anual dos pacotes no ano de 2024 e 2025, para se chegar ao número mensal.

c) A proponente deverá apresentar o orçamento com discriminação dos preços unitários e do preço total, com os preços dispostos separadamente, conforme letra “a”.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) O licitante deverá informar, ainda, por ocasião do envio da proposta ajustada, o valor da **taxa diária de deslocamento**, que não poderá exceder àquela estipulada para a contratação, sob pena de desclassificação.

e) A **taxa diária de deslocamento** será devida à Contratada sempre que houver necessidade de deslocamento dos profissionais para os imóveis do interior (fora da Grande Florianópolis), a fim de custear todas as despesas. **TD = taxa diária de deslocamento do Técnico em refrigeração = alimentação + hospedagem + TODOS os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado, inclusive eventuais horas extras ocorridas no traslado.**

f) A Contratada deverá utilizar a taxa diária de deslocamento para custear eventuais despesas com pagamento de horas-extras aos funcionários durante os deslocamentos fora do horário de expediente – o TRE-SC em hipótese alguma irá utilizar os pacotes adicionais de serviços para remunerar o período em que os técnicos da Contratada estiverem deslocando-se, mesmo que em carro fornecido pelo TRE-SC.

g) Para a elaboração da proposta a proponente deverá considerar em seus preços os fatores regionais como alimentação, operacionalidade, hospedagem e outros itens que possam interferir em seus preços.

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no Item 3 do Estudo Técnico Preliminar.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

- a) um ou mais atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior; e
- b) registro ou inscrição no Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT.

Em relação à Qualificação Econômico-Financeira, considerando o valor significativo do objeto, deverá ser exigido:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data de abertura da licitação, conforme respectivo modelo anexo ao edital licitatório;
- c.1) Caso o valor total constante na declaração de que trata a alínea “c” apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a empresa licitante deverá acrescentar as devidas justificativas utilizando-se do respectivo modelo anexo ao edital licitatório;
- d) Comprovação da situação financeira da empresa mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);
- d.1) Existência de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação;
- d.2) Existência de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total das parcelas a executar dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura da licitação; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Com base no valor do atual Contrato n. 42/2023 (Apostila n. 24/2025), o valor estimado mensal fixo dos 2 (dois) técnicos de refrigeração é de R\$ 20.181,90 (vinte mil, cento e oitenta e um reais e noventa centavos) e do Pacote Adicional 1 é de R\$ 148,70 (cento e quarenta e oito reais e setenta centavos).

A Convenção Coletiva de Trabalho da categoria (CCT SC002386/2025) – vigência no período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026 e data-base em 1º de maio – assinada pelo Sinaenco e os sindicatos laborais Senge/SC (Engenheiros) e Sintec (Técnicos Industriais), estabelece os seguintes pisos salariais para **técnicos industriais de nível médio**:

PISO SALARIAL	EXIGÊNCIA
R\$ 2.640,00	Mais de 1 (um) ano de emprego na empresa.
R\$ 2.310,00	Menos de 1 (um) ano de emprego na empresa.

De acordo com a referida Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que servirá de **paradigma** para estabelecer os custos relativos à categoria profissional que executará o serviço contratado na localidade de Santa Catarina (art. 2º, II, da IN SEES/MGI n. 176/2024), tem-se as seguintes informações:

Nº do Registro	SC002386/2025
Grupo	Salários, Reajustes e Pagamento
Sub Grupo Descrição:	<p>CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL</p> <p>“Parágrafo 2º Os Salários Normativos (Pisos Salariais) acima correspondem ao salário mensal, observada a duração semanal de trabalho ajustada nesta Convenção Coletiva, devendo ser reduzidos proporcionalmente de acordo com a jornada Contratada, a qual poderá ser Contratada livremente entre as partes.” (Grifou-se)</p> <p>CLÁUSULA OITAVA - DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO</p> <p>“As empresas abrangidas pela presente convenção adotarão o limite de duração semanal de trabalho</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>ordinário fixado na legislação vigente, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, observada a exceção prevista no Parágrafo 1º.</p> <p>Parágrafo 1º As empresas poderão adotar duração semanal de trabalho inferior à prevista no <i>caput</i>, em atenção ao que autoriza o art. 58-A da CLT, devendo o Piso Salarial ser reduzido proporcionalmente de acordo com a jornada Contratada, observada a remuneração mínima estabelecida na presente Convenção. (Grifou-se)</p> <p>Parágrafo 2º Os empregados com jornadas superiores a 6 (seis) horas, poderão optar por usufruir de intervalo para repouso e/ou alimentação de até 30 (trinta) minutos, sem prejuízo do cumprimento integral da jornada normal.”</p>
--	--

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I

Item 62 - Técnico em refrigeração.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito do objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

O objetivo que se pretende alcançar é o perfeito atendimento às demandas de climatização.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a essa contratação.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
01	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 277.668,99
Total			R\$ 277.668,99

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, da Presidência do TRE-SC, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor mensal contratado, e sua aplicação não dispensa a Contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 5% (cinco por cento), acrescida de 5% (cinco por cento) a cada reiteração ocorrida no intervalo de 3 (três) meses, até o limite de 15% (quinze por cento), sobre o valor mensal do contrato, conforme tabela abaixo:

Intervalo de 3 (três) meses	Percentual da multa
1 ocorrência	5%
2 ocorrências	10%
3 ou mais ocorrências	15%

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o somatório dos valores mensais vincendos, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Instrumento de Medição de Resultado – IMR

O preço a ser estabelecido para a realização dos serviços objeto do contrato refere-se à execução com a qualidade mínima exigida, conforme critérios objetivos definidos neste Termo de Referência e neste Anexo. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, conforme metodologia de apuração prevista neste Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

Tais ajustes visam: 1) assegurar ao Contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas no contrato; e 2) aplicar a dedução no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o Gestor da Contratação apresentará à Contratada, até o 5º (quinto) dia do mês seguinte, o “Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida”, que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas;
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nas até 2 (duas) primeiras ocorrências mensais de cada tipo de falha, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRE-SC poderá ser objeto apenas de notificação.

A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, desde que devidamente comprovados e aceitos formalmente pela Fiscalização Técnica.

1. Relação de falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços de Técnico em refrigeração, inclusive na prestação dos serviços adicionais, conforme critérios definidos neste Anexo.

Os serviços objeto do contrato serão constantemente avaliados pela fiscalização técnica do contrato, que assinalará as falhas na “Relação de Falhas”, conforme modelos abaixo:

1.1 Relação de falhas (aplica-se aos serviços de Técnico em Refrigeração realizados diariamente).

SERVIÇO: _____

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências:

RELAÇÃO DE FALHAS	
FALHA 1	Inobservância da rotina ou da metodologia da prestação dos serviços, tais como não execução de atividade prevista, descumprimento de procedimento técnico definido e/ou execução em desacordo com as normas aplicáveis.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RELAÇÃO DE FALHAS	
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Fiscalização Técnica da Contratação, que descreverá, de forma objetiva, a prática adotada em desacordo com a metodologia estabelecida no contrato ou a atividade que deixou de ser executada com relação à rotina determinada.
OBSERVAÇÃO: os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data, desde que devidamente caracterizadas e descritas de forma independente.	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 2	Falta de cordialidade com os servidores e demais usuários dos serviços, devidamente caracterizada por conduta inadequada no atendimento.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Fiscalização Técnica da Contratação ou à comunicação formalizada a esta, efetuada por servidor que a tiver verificado, devendo, em qualquer caso, ser confirmada pela Fiscalização Técnica.
OBSERVAÇÃO: o Fiscal Técnico registrará a falha acompanhada de informações sobre o fato ocorrido, com descrição objetiva da conduta verificada.	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 3	Irregularidade relativa ao efetivo horário da prestação, como atrasos e faltas sem substituição, por exemplo.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Fiscalização Técnica da Contratação.
OBSERVAÇÃO: o Fiscal Técnico registrará a falha acompanhada de informações sobre o fato ocorrido, com a devida identificação da ocorrência e sua correlação com os registros de controle.	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 4	Recusa na execução dos serviços objeto da presente contratação, quando determinado pela Contratante, exceto quando devidamente justificada por impossibilidade técnica, risco à segurança ou outra circunstância excepcional devidamente comprovada.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Fiscalização Técnica da Contratação, que deverá avaliar a existência de justificativa apresentada e sua pertinência.
OBSERVAÇÃO: o Fiscal Técnico registrará a falha acompanhada de informações sobre o fato ocorrido, com descrição objetiva da situação e eventual justificativa apresentada pela Contratada.	
Data da ocorrência	Descrição sintética



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RELAÇÃO DE FALHAS	
FALHA 5	Falhas na execução dos serviços pelos profissionais disponibilizados, evidenciadas por registros formais da Fiscalização Técnica, relacionadas ao descumprimento das obrigações contratuais.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Fiscalização Técnica, devendo a ocorrência ser devidamente caracterizada e confirmada com base em elementos objetivos.
OBSERVAÇÃO: o Fiscal Técnico registrará a falha acompanhada de informações sobre o fato ocorrido, com descrição objetiva da falha verificada e indicação do descumprimento contratual correspondente.	
Data da ocorrência	Descrição sintética

Instrução de preenchimento:

- na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao registro no(s) item(ns) específico(s), indicando-se, sinteticamente, o dia e o fato gerador.

Tabela de efeitos remuneratórios (Fator de aceitação)

Falha	1	2	3	4	5	FATOR DE ACEITAÇÃO (RESULTADO FINAL PARA CÁLCULO DO PAGAMENTO)
Total de ocorrências						
Tolerância (-)	2	2	2	2	2	
Excesso de falhas (=)						
Peso (X)	10	8	6	8	6	
Número corrigido (=)						

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

Instruções de preenchimento:

- as falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS;
- após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”;
- encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “Peso” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”;
- por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, o “FATOR DE ACEITAÇÃO”.

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de Técnico em Edificações e/ou Construção Civil

Faixa 1 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Faixa 2 – Fator de Aceitação de 1 a 25: 95% de avaliação dos serviços;

Faixa 3 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços;

Faixa 4 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços;

Faixa 5 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

Observação: a Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima (subitens 6.4.2 e 7.1.1 do Termo de Referência).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Contrato n. ____/____

PAE (Contratação) n.: ____/____

Contratada: _____

Objeto: Prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de técnico em refrigeração

Vigência: [data inicial] a [data final]

1. FINALIDADE

O presente relatório tem por finalidade registrar o encerramento da execução do Contrato, com base nos registros de fiscalização e nos processos de pagamento realizados ao longo da vigência contratual.

2. MOTIVO DO ENCERRAMENTO

☐ Término da vigência

☐ Rescisão (especificar): _____

3. SITUAÇÃO FINAL DO CONTRATO

Declara-se, ao término da vigência contratual, que:

☐ todos os pagamentos foram realizados

☐ não há valores pendentes

☐ não há glosas em aberto

☐ não há pendências administrativas ou contratuais

4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

(art. 19, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022)

a) Problemas ocorridos, soluções adotadas e eventuais penalidades aplicadas

[Descrever, de forma objetiva, eventuais intercorrências, as providências adotadas e, se for o caso, as penalidades aplicadas.]

Exemplo (sem ocorrência): não foram identificados problemas relevantes durante a execução contratual, não havendo aplicação de penalidades.

Exemplo (com ocorrência/penalidade): foram identificadas falhas pontuais na execução dos serviços, tendo sido adotadas medidas corretivas junto à Contratada, inclusive aplicação de penalidade contratual com posterior regularização da execução.

b) Pontos deficientes e oportunidades de melhoria para futuras contratações

[Indicar, de forma sucinta, aspectos passíveis de aprimoramento.]

Exemplo (sem apontamento): não foram identificados pontos deficientes relevantes, recomendando-se a manutenção dos procedimentos adotados.

Exemplo (com melhoria): verificou-se a necessidade de aprimorar a descrição das atividades no Termo de Referência, de modo a torná-las mais objetivas e alinhadas à execução contratual.

c) Pontos positivos e boas práticas observadas

[Registrar aspectos positivos da execução contratual.]



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Exemplo: destacam-se como pontos positivos a regularidade da prestação dos serviços, a adequada comunicação entre a fiscalização e a Contratada e a tempestividade na instrução dos processos de pagamento.

5. CONCLUSÃO

Com base nas verificações realizadas e nos registros constantes no processo de contratação e nos respectivos processos de pagamento (PAEs), conclui-se que o Contrato foi regularmente executado e se encontra encerrado, não havendo pendências que impedem o arquivamento.

6. RESPONSÁVEIS

Gestor do Contrato

Nome: _____

Cargo: _____

Fiscal(is) do Contrato

Nome: _____

Cargo: _____